

RELATO DE CASO E SEU POTENCIAL NA PESQUISA

CASE REPORT AND ITS POTENTIAL IN THE RESEARCH

Joao Luiz Coelho Ribas

Escola Superior de Saúde, Biociências, Meio ambiente e Humanidades.
Centro Universitário Internacional Uninter
Universidade Positivo
joao.r@uninter.com

O relato de caso, também eventualmente denominado de estudo de caso, é um dos tipos mais comuns de apresentação em congressos e publicações em revistas, em especial na área da saúde com destaque na ciência médica e na psicologia, sem no entanto, esquecer das ciências sociais, humanas e tecnológicas que muitos utilizam desse recurso metodológico (EL DIB, 2007; CASTRO, 1978).

Segundo Chizzotti (2006), “o estudo de caso como modalidade de pesquisa originou-se nos estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago e, posteriormente, teve seu uso ampliado para o estudo de eventos, processos, organizações, grupos e comunidades”. Sua origem é bastante remota e se relaciona com o método introduzido principalmente nas escolas de ensino jurídico nos Estados Unidos. No entanto, sua disseminação está intimamente ligada à prática propedêutica caracterizada pela reconstrução da história do indivíduo, de onde ganhou força nas ciências médicas (GIL, 1995).

Descrever e caracterizar um estudo de caso não é uma tarefa fácil, pois ele pode ser utilizado de modos diferentes, tais como abordagens quantitativa e qualitativas. Embora não seja considerado uma fonte científica de alto nível, por abordar de forma limitada um grupo de pessoas (tradicionalmente de 1 a 3 indivíduos), é uma importante fonte de informação que, em geral, permanece esquecida ou excluída dos grandes estudos multicêntricos (YOSHIDA, 2007).

É válido ressaltar que o relato de caso pode fornecer subsídios fundamentais para compor ou mesmo melhorar o tratamento de pacientes em determinadas situações. Cabe lembrar que a primeira publicação sobre a associação de sarcoma de Kaposi e progressão para AIDS foi feita através de relato de caso (GOTTLIEB; RAGAZ;

VOGEL, 1981). O mesmo ocorreu com o primeiro relato de implante de endoprótese para o tratamento de aneurisma de aorta abdominal (GALEGO; SILVEIRA, 2002; VOLODOS et al., 1986).

Segundo Yin (2001), “o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudo de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa”. Mas o que torna um estudo de caso exemplar e estimulador é ser significativo, completo, considerar perspectivas alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de uma maneira atraente (VENTURA, 2007).

Conforme Ventura (2007):

“o estudo de caso pode ser classificado de intrínseco ou particular, quando procura compreender melhor um caso particular em si, em seus aspectos intrínsecos; instrumental, ao contrário, quando se examina um caso para se compreender melhor outra questão, algo mais amplo, orientar estudos ou ser instrumento para pesquisas posteriores, e coletivo, quando estende o estudo a outros casos instrumentais conexos com o objetivo de ampliar a compreensão ou a teorização sobre um conjunto ainda maior de casos. Para os estudos de caso naturalísticos ou que priorizam a abordagem qualitativa da pesquisa, as características consideradas fundamentais são a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo.” (VENTURA, 2007, p. 385)

Os estudos de casos trazem como grande vantagem aos pesquisadores individuais a oportunidade de se apropriarem da investigação e fazer com que o problema analisado na questão seja de fato estudado em profundidade dentro de um período de tempo relativo onde ocorreu o fato e suas consequências. As pesquisas exploratórias então ganham força nessa menção, em especial por sua flexibilidade, e quando o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser estudado com todo o rigor que a ciência o interpõe. Além disso, nos estudos de casos, é possível a utilização de uma variedade ilimitada de fontes de informação e frequentemente a utilização de triangulação estratégica em uma variedade de dados a serem observados, discutidos e relacionados com o todo (ANDRE, 1984). Mas de forma óbvia e consciente, existe sim limitações nos estudos de caso e talvez a principal seja a dificuldade de generalização dos resultados e discussões obtidos,

devido ao caráter individual e intrínseco do processo de levantamento de dados e relato (VENTURA, 2007).

Da mesma forma da necessidade de fidedignidade dos dados coletados e relatados, é essencial ao pesquisador submeter o estudo de caso a um comitê de ética para a análise, não do caráter metodológico, mas para verificar se o atendimento e os instrumentos de pesquisa (questionários, entrevistas, exames físicos ou de imagem e procedimentos realizados) resguardam o paciente em relação aos riscos (necessidade de base científica para a conduta de diagnóstico ou tratamento), ao sigilo e confidencialidade durante todo o processo, bem como garantem o atendimento em caso de danos decorrentes do procedimento (BRASIL, 2013; BRASIL, 2012)

Ainda em BRASIL (2012) no item III.2 “as pesquisas, em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos, deverão observar as seguintes exigências: a) ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas; b) estar fundamentada em fatos científicos, experimentação prévia e/ou pressupostos adequados à área específica da pesquisa”.

Da mesma forma que pesquisas a serem realizadas, as resultantes de relato de caso deverão ter sempre que possível, a qualquer tempo, o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No entanto, se já não é mais possível obter a assinatura do indivíduo no TCLE (p. ex.: mudança para outra cidade, óbito...), este pode ser substituído por termo de compromisso de utilização de dados e autorização do paciente em prontuário ou documento específico para utilização dos dados em ensino/pesquisa/publicações (UNINOVAFAPI, 2017; BRASIL, 2012; BRASIL, 2013).

Cabe ressaltar em relação ao TCLE de acordo com Brasil (2012), “obter consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu representante legal, inclusive nos casos das pesquisas que, por sua natureza, impliquem justificadamente, em consentimento a posteriori”.

Apesar da legislação e a CONEP não serem totalmente claras em relação ao relato de caso, alguns Comitês de ética em Pesquisa (CEPs) tem uma regulamentação própria que consta que os investigadores devem ter especial atenção com o cronograma. Assim deve ficar claro se o caso já foi atendido, se o paciente ainda será

acompanhado e por quanto tempo, bem como as etapas futuras do projeto (previsão de acompanhamento, período de revisão de literatura sobre o caso, redação do artigo, envio para publicação, etc...). Ainda devem ser inseridos os instrumentos de coleta de dados para a admissão do relato, incluindo entrevistas, questionários, prontuários ou fichas de evolução especialmente desenvolvidas para sumarizar o caso. E sendo assim, no projeto deve conter o maior detalhamento possível do caso que se deseja relatar, incluindo quando possível fotos e fatos que comprovem o resguardo ético do indivíduo e os dados a quais deseja-se relatar (UNINOVAFAPI, 2017; FACULDADES PEQUENO PRINCIPE; 2017).

Sendo assim, o relato de caso é uma forma de divulgação científica extremamente lícita e de caráter científico embutido. Mesmo com a sua limitação de co-localização e dificuldade de extrapolação populacional, é uma forma bastante hábil de aprofundamento em estudos individual e traz grande crescimento e desenvolvimento às ciências que o utilizam como praxe. No entanto, é lícito e necessário mesmo após o início ou o término da observação, a submissão ao comitê de ética e ao CEPs de origem para a segurança de que, independente dos procedimentos utilizados, estes sempre tenham observância ética e respeito à pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, MDA. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 51-54, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde (2013). Norma Operacional 001/2013. Disponível em: < <http://www.utfpr.edu.br/comites/cep-o-comite-de-etica-em-pesquisa-envolvendo-seres-humanos/CNSNormaOperacional001conepfinalizada3009.pdf> >. Acesso em junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde (2012). Resolução 466 de 12 de Dezembro de 2012. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/reso466_12_12_2012.html >. Acesso em: 15 jun. 2017.

CASTRO, C.M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1978. p. 88.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes; 2006. p.135.

EL DIB, R.P. **Como praticar a medicina baseada em evidências**. *Jornal Vascular Brasileiro*, v. 6, p.1-4. 2007.

FACULDADES PEQUENO PRINCIPE. Disponível em: < <http://faculdadespequenoprincipe.edu.br/cursos/curso/comite-de-etica-em-pesquisa-cepfpp/> >. Acesso em junho 2017.

GALEGO, G.N; SILVEIRA, P.G. **Endopróteses revestidas**. In: MAFFEI FHA, LASTÓRIA S, YOSHIDA WB, ROLLO HA, organizadores. *Doenças vasculares periféricas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2002. p. 891-8.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas; 1995. p. 58.

GOTTLIEB, G.J., RAGAZ, A., VOGEL, J.V. A preliminary communication on extensively disseminated Kaposi's sarcoma in a young homosexual men. **The American Journal of Dermatopathology**, v. 3, p. 111-114, 1981.

UNINOVAFAPI. Disponível em: < <http://www.uninovafapi.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/Instrucoes-para-submissao-dos-protocolos-de-pesquisa-sobre-Relato-de-caso-ou-Serie-de-Casos.pdf> >. Acesso em junho de 2017.

VENTURA, M.M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista da Sociedade Brasileira de Cardiologia**, v. 20, p. 383-386, 2007.

VOLODOS, N.L., SHEKHANIN, V.E., KARPOVICH, I.P., TROIAN, V.I., GUR'EV, I.U.A. A self-fixing synthetic blood vessel endoprosthesis. **Vestn Khir Im II Grek**, v. 137, p. 123-125, 1986.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOSHIDA, W.B. Redação do relato de caso. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 6, n. 2, p. 112-113, 2007.